



TEORIA REALISTA E NEORREALISTA: CORÉIA DO NORTE E A HEGEMONIA NORTE AMERICANA

REALIST AND NEORREALIST THEORY: NORTH KOREA AND NORTH AMERICAN HEGEMONY

RAPHAEL RANGEL MOREIRA FELDHAUS

Advogado e Pós-graduando em Relações Internacionais e Diplomacia pelo Centro Universitário Curitiba.

GUSTAVO GLODES BRUM

Mestre em Geografia (UFPR), e Bacharel em Relações Internacionais (UNICURITIBA). Atualmente é Professor do Departamento de Relações Internacionais do UNICURITIBA e Líder do Grupo de Pesquisa "Redes e Poder no Sistema Internacional".

RESUMO

O presente artigo objetiva, no campo das relações internacionais, observar a evolução histórica das teorias realista e neorrealista e o advento do armamento nuclear no contexto da Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. Na sequência, compreender através destas teorias, a busca pelo poder e a hegemonia norte americana, bem como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares pode ser uma ferramenta para manutenção do *status quo* para as potências detentoras desta tecnologia. Busca ainda, analisar a afronta da hegemonia norte americana através da ameaça norte coreana de um ataque nuclear no atual cenário internacional. Para tanto, a metodologia utilizada para a construção deste artigo consiste na pesquisa bibliográfica em literaturas basilares da área de relações internacionais e correlatas, artigos científicos de bancos de dados internacionais e publicações acadêmicas de revistas científicas.

Palavras-chave: realismo; neorealismo; poder; hegemonia; nuclear.

ABSTRACT

This article aims at observing the historical evolution of the realist and neorealist theories and the advent of nuclear weapons in the context of World War II and the Cold War. In the sequence, to understand through these theories, the search for the power and the North American hegemony, as well as the Treaty of Not Proliferation of Nuclear Arms can be a tool for maintaining the status quo for the powers that hold this technology. It also seeks to analyze the affront of North American hegemony through the North Korean threat of a nuclear attack in the current international scenario. To do so, the methodology used for the construction of this work consists of the bibliographical research in basic literature of the area of international and related relations, scientific articles of international databases and academic publications of scientific journals.

Keywords: realism; neorealism; power; hegemony; nuclear.





1 INTRODUÇÃO

A abordagem analítica do que hoje conhecemos como relações de poder não é algo recente, muito pelo contrário, remonta ao período da Grécia Antiga. A sociedade internacional sofreu diversas transformações de ordem política, econômica e social ao longo dos séculos. O que se observa atualmente é a continuidade deste processo, uma vez que o cenário é dinâmico. Cada vez mais são necessários constantes estudos e análise no tocante ao inter-relacionamento dos atores internacionais, e uma das ferramentas são as teorias das relações internacionais, pelas quais é possível prever ou justificar suas ações. Ainda que cada teórico tenha realizado uma abordagem de acordo com o contexto histórico no qual se encontrava inserido, até hoje os conceitos são amplamente utilizados.

As teorias realista e neorrealista, possuem força atualmente, em especial nos estudos relacionados ao poder e a segurança internacional. Ante o advento da II Guerra Mundial, os Estados Unidos da América surgem como potência hegemônica no cenário internacional, seja de forma econômica, devido ao grande poder financeiro; seja política, tendo em vista a sua influência sobre os demais países; e militar, aqui se referindo também ao armamento nuclear, elaborado através de uma série de pesquisas e investimentos, sendo o primeiro país a utilizar a bomba atômica, e fazer uso do seu poder de destruição, como forma de afirmação hegemônica. Neste contexto, os conceitos da teoria realista e posteriormente, da corrente neorrealista, foram utilizados por Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, para embasar a hegemonia norte americana no período pós-guerra e a existência de armas nucleares, ainda na Guerra Fria, com a formação dos eixos bipolares, com efetivo embate hegemônico entre duas potências nucleares, Estados Unidos e a antiga União da República Socialista Soviética.

Como tentativa de garantir que os acontecimentos e atrocidades da II Guerra Mundial não se repitam, a criação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares¹

¹ No ano de 1964 foi apresentado pelo presidente Lyndon Jhon, um esboço do que viria ser o Tratado de Não Proliferação Nuclear, criado em 1968. Foi incluída a possibilidade de fiscalização nos países que se declararam como detentores de armas nucleares. (BAGHDADI, Tanguy Cunha. **Tratamento internacional do contencioso nuclear iraniano e a construção de representações na AIEA**. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16589/16589_3.PDF>. Acesso em 20 mar. 2018.





e a fiscalização por meio da Agência Internacional de Energia Atômica ganham extrema relevância, como forma de freio ao uso e troca de tecnologia nuclear para fim militar. É importante analisar, porém, se tal medida não é além de tudo, uma forma de garantir a hegemonia do poder bélico nuclear entre as atuais potências, deste modo a temática é relevante no contexto atual. No presente artigo, inicialmente há de se realizar uma breve análise da evolução histórica das teorias realista e neorrealista, a fim de compreender o surgimento das correntes, bem como do uso da tecnologia nuclear para uso armamentista.

Na sequência, serão observados quais os principais pontos comuns e diferenças entre as teorias e seus fundamentos, bem como os conceitos se aplicam no cenário de poder e guerra, e de que forma podem justificar a hegemonia norte americana após o período da II Guerra Mundial. Neste aspecto, importante observar que o poder é um dos eixos centrais da teoria realista. Seja na capacidade de um Estado influenciar mais os outros do que ser influenciado, como um meio para garantir a sobrevivência e a segurança, assim visto por Waltz, ou na manutenção do *status quo*, segundo Morghentau (NOGUEIRA; MESSARI, 2005), portanto uma leitura desvinculada do conceito de poder não é possível para esta teoria. Ainda, necessário compreender de que forma o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e a inspeção realizada pela Agência Internacional de Energia Atômica são benéficas, como os incentivos para uso pacífico da energia atômica, porém gera-se o questionamento de serem ferramentas para a manutenção da hegemonia nuclear entre as atuais potências.

Por fim, será realizado um breve estudo de caso contemporâneo, em relação ao recente anúncio realizado pela Coreia do Norte de serem detentores de armas nucleares com efetivo poder de destruição, afrontando a aparente hegemonia nuclear norte americana, as reações desta superpotência e dos demais atores do cenário internacional. Para tanto, a metodologia aqui utilizada será a pesquisa em bibliografias pertinentes a temática, explorando obras de relações internacionais e autores paradigmáticos. Também se faz necessária à coleta de informações em bancos de dados internacionais e publicações de revistas acadêmicas.





2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TEORIA REALISTA E SUA VERTENTE NEORREALISTA

Para compreender a atual dinâmica no tocante a existência do controle de armamento nuclear no cenário internacional, é importante observar o contexto histórico do surgimento das teorias realista e neorrealista no campo das relações internacionais. Os primeiros estudos relacionados ao equilíbrio de poder e suas consequências, tem como precursor um dos pensadores da Grécia, Tucídides, o qual escreveu famosa obra relatando a história da Guerra do Peloponeso², uma batalha que ocorreu entre Atenas e Esparta (ARRAES et al., 2013, p.5). O que se observa é a existência de um conflito, cujo resultado foi a conquista da Grécia. Jackson e Sorensen, (2013, p. 100), consideram que Tucídides buscou elucidar as competições entre as diversas Cidade-Estado gregas (Grécia) e os impérios vizinhos, como a Macedônia ou a Pérsia e considerava as relações de poder como inevitáveis competições e conflitos. Na sua linha de análise, a desigualdade era algo inevitável e natural.

Posteriormente, pensadores como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, viriam a se tornar precursores fundamentais³ para influenciar os teóricos paradigmáticos das relações internacionais e embasar as escolas do realismo clássico e neorrealismo. Possuem conceitos basilares e amplamente aplicados em discussões estratégicas, acadêmicas, e no campo analítico da disciplina, voltados para a segurança internacional. O surgimento oficial das relações internacionais como disciplina é recente. Conforme observa Castro (2001, p. 6): "(...) o estudo das Relações Internacionais se desenvolveu no século XX, a partir do período entre-guerras. A primeira cátedra de Relações Internacionais foi criada em Aberystwyth, no país de Gales, em 1919".

A teoria realista surge após a I Guerra Mundial, que trouxe consequências devastadoras não apenas na ordem econômica, mas também social, especialmente

² A batalha ocorreu entre 431-404 a.C. Esparta reforçou-se militarmente, formando aliança com outras cidades-estados, para enfrentar os atenienses, pois havia o receio de perder sua relevância no mundo helênico. Atenas considerou o fato uma afronta e uma perda de poder por parte de Esparta. O crescimento de poder ateniense levou a uma corrida por alianças entre ambos os lados, culminando com a Guerra do Peloponeso (ARRAES et al., 2013, p.5).

³ "O Príncipe" (Séc. XVI) e "O Leviatã" (Séc. XVII), respectivamente, são obras de extrema relevância e influência para a formação conceitual da teoria realista, até hoje muito aplicada no cenário da disciplina de Teoria das Relações Internacionais e estudos práticos de segurança internacional.





relacionado a ataques que atingiram estruturas civis e a própria população não militar. O escopo do período se altera principalmente para o estudo da questão da guerra, com o intuito de coibir a possibilidade de outro conflito de proporção mundial, segundo Pereira e Rocha (2014, p.314). Apesar de todos os estudos e estratégias, não foi possível evitar na sequência, o trágico acontecimento da II Guerra Mundial, tão agressiva quanto a anterior, visto que não se tratou de uma guerra convencional, uma vez que foi utilizada a bomba atômica, uma arma de destruição em massa (ARISI, 2004, p. 21-22).

Em um conflito armado internacional, o controle e domínio da tecnologia nuclear para fins militares pode garantir uma vantagem para seu detentor, o que se conhece por dissuasão, assim explica Aron (2002, p. 509 apud Pimentel p.3)⁴, pois serve como um meio de intimidação e submissão do outro país, bem como a toda a comunidade internacional, sendo, capaz de alterar todo o rumo do combate e quaisquer consequências podem ser totalmente diferentes no caso de uma mera investida padrão. A teoria realista, segundo Dagios (2011, p. 277), vem assumir um papel importante também após a II Guerra Mundial:

(...) com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os padrões realistas novamente adquiriram força. A luta contra os Nazistas colocou em dúvida a eficácia de leis internacionais e enfatizou o papel do poder nas relações internacionais. Com o fim da Segunda Guerra e o começo da Guerra Fria, EUA E URSS, assumiram o controle do poder mundial, como hegemônicos, e através de uma competição global, principalmente nas questões militares e tecnológicas, estabeleceram uma nova fonte para o modelo do realismo político nas relações internacionais.

A Guerra Fria foi um embate político, econômico e ideológico entre as duas grandes potências que se formaram logo ao final da II Guerra Mundial, Estados Unidos e a União Soviética, ocasionando a bipolarização entre os países e seus aliados, ou seja, era necessário escolher um lado. Assim explicam Buzan e Hansen (2012, p. 118-119), ao fazer uma análise de vários estudos relacionados ao contexto da segurança internacional:

⁴ Dissuasão é um mecanismo social que pode ser reduzido conceitualmente ao “temor das consequências possíveis, das punições previstas ou da execução de uma ameaça” (ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília. 2002).





A Guerra Fria surgiu de meados para o fim dos anos 1940 como a nova estrutura de poder criada como resultado instituído da Segunda Guerra Mundial. As duas grandes características que a definiram começaram a interagir quase que simultaneamente: armamentos nucleares e uma disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética. Esta disputa tornou-se excepcionalmente intensa não só por terem sido os grandes vencedores da guerra de 1939-45, intimidando todas as grandes potências anteriores, mas por serem os promotores de ideologias mutuamente excludentes (capitalismo democrático, comunismo totalitário), e cada qual afirmava possuir o futuro da humanidade.

Nesse cenário pós-guerra e conjuntamente com a Guerra Fria, verifica-se a existência e expansão do armamento nuclear. Arisi (2004, p.22), considera ainda que o uso de armas nucleares acaba por atingir não apenas militares, mas a população civil, o que faz pensar se tratando de estratégia militar, quanto ao uso desse armamento, sendo utilizado (ao menos no plano teórico), apenas no caso de ameaça a sua sobrevivência. Deste modo, retorna a Bonanate (2001, apud ARISI, 2004, p. 22)⁵, para afirmar que existem duas opções no caso de um ataque nuclear:

Uma seria atacar as forças militares do inimigo, destruindo um possível contra-ataque. Porém esta tática deve ser perfeita, senão o Estado corre o risco de ser atacado também com bombas nucleares. Uma outra opção seria lançar um ataque à estrutura social do inimigo, obtendo, desta maneira, mais um potencial de chantagem altíssimo. Porém, de uma maneira ou de outra, o ataque deve ser preciso a ponto de reduzir as chances de um contra-ataque a zero. Desta maneira, a guerra nuclear destruiria grande parte da população civil dos dois países. (...).

Portanto, o uso de armamento nuclear deve ser visto com cautela, uma vez que os efeitos do seu uso assumem escalas catastróficas. É importante saber que a utilização da energia nuclear para a confecção de bomba atômica, ou seja, para uso estritamente militar, como conhecemos, é algo recente, quando analisado na linha histórica da humanidade. A descoberta da fissão⁶ do urânio ocorre no ano de 1938, pouco antes do

⁵ BONANATE, Luigi. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade. 2001. p. 92.

⁶ A fissão nuclear é um processo utilizado para a separação do núcleo do átomo, onde ocorre sua divisão, com a consequente liberação de energia. Disponível em <





início da Segunda Guerra Mundial, pelos físicos alemães Otto Hahn, o qual posteriormente viria a se tornar um combatente do uso da força bélica nuclear e Fritz Strassmann (DW, 2016). Além de contar com uma equipe de pequeno porte, porém de grandes cientistas, como Otto Hahn e Karl Wirtz no projeto nuclear alemão, havia grande dificuldade por parte dos alemães para encontrar matéria físsil, além da insuficiência de recursos e direção centralizada (CARVALHO, 2015, p. 202). Leo Szilard começou uma campanha para atrair o interesse do governo norte americano numa campanha de desenvolvimento nuclear, pois acreditava que os alemães poderiam usar a bomba na guerra (CARVALHO, 2015, p. 204). A grande dúvida existente, e pressuposto para o trabalho de pesquisa técnico-científica realizado, era se a Alemanha estaria desenvolvendo bombas nucleares antes dos Estados Unidos, o que posteriormente não foi confirmado⁷.

Leo Szilard é considerado o pai da bomba atômica, pois foi quem estudou a fissão nuclear, conforme Mourão (2005, p.685), onde Szilard concluiu que o urânio seria capaz de manter uma reação em cadeia, portanto era um elemento mais estável. Mourão diz ainda que uma empreitada dessa magnitude não seria possível sem o apoio governamental, para enfrentar a ameaça que a Alemanha representava. Seria necessário uma série de articulações para alcançar o objetivo, inclusive Albert Einstein foi cotado para a empreitada (MOURÃO, 2005, p. 686-687).

Foi articulado o projeto Manhattan, para o desenvolvimento de armas nucleares pelos Estados Unidos, com teste inaugural no Novo México, pela Experiência Trinity⁸.

http://rce.casadasciencias.org/rceapp/conteudo/pdf/vol_2_num_4_108_art_fissaoNuclear.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

⁷ “A partir de 1933, a participação alemã na cooperação científica internacional, em particular no tocante à pesquisa atômica, vinha sendo dificultada pelo regime nacional-socialista. Os institutos de pesquisa alemães foram-se aos poucos isolando e os nazistas criavam problemas para determinados cientistas, chegando ao ponto de excluir alguns das universidades. As desfeitas impostas a cientistas malquistos pelo regime ficavam insuportáveis, de forma que inúmeros pesquisadores alemães e de países ameaçados pelo nazismo, como a Dinamarca, a Holanda, a Polônia e a Hungria, partiram para o exílio”. (CARVALHO, 2015, p. 199-200).

⁸ “Em dezembro de 1941 os Estados Unidos entraram na guerra. No começo de 1942 Roosevelt e Churchill se reuniram em Nova York e, entre outras coisas, decidiram firmar um acordo de cooperação na área nuclear, pelo qual as instalações para a produção do material físsil (urânio) ficariam nos Estados Unidos, assumindo os ingleses a responsabilidade de implantar, no Canadá, um centro de pesquisas sobre o uso da água pesada como moderador, numa reação de fissão. Dada a pujança da economia norte-americana e o sigilo com que o assunto era tratado, não haveria nenhuma restrição orçamentária para a execução desse acordo. Assim, partindo discretamente de um pequeno projeto de pesquisa iniciado em 1939, criou-se em 1942 o Projeto Manhattan, (...)”. (CARVALHO, 2005, p. 205).





O físico Robert Oppenheimer, graduado em Harvard, completou seus estudos com J. J. Thomson na Inglaterra, e doutorado com Max Born, e foi o diretor científico do projeto. Muitos cientistas renomados colaboraram com o desenvolvimento do projeto, como Enrico Fermi e Niels Bohr (CARVALHO, 2015, p. 205-206).

Historicamente, o primeiro lançamento de uma bomba atômica ocorreu na província japonesa de Hiroshima (MOURÃO, 2005, p.697):

No dia 06 de agosto de 1945, às 2h30min, hora local, e com condições meteorológicas favoráveis sobre Hiroshima, o bombardeiro B29 batizado de Enola Gay (em homenagem à mãe do piloto que comandava a missão) decolou do aeroporto militar norte-americano Tinian, nas Ilhas Marianas, sob o comando de Paul Tibbets. Hiroshima aparece entre as nuvens. (...). Às 8h16min45s a bomba é lançada.

No ano de 1968 foi assinado o Tratado para Não Proliferação de Armas Nucleares, representando um marco internacional no combate ao armamento nuclear. A Agência Internacional de Energia Atômica, criada em 1953, pela Organização das Nações Unidas, atua de forma intensa fiscalizando os locais onde materiais nucleares são depositados, a fim de que seja garantido efetivamente que seu uso será apenas para fins pacíficos, conforme os preceitos da Agência, de modo que a tecnologia nuclear para fins militares não seja compartilhada com outros países não detentores (ONUBR, 2008).

3 AS TEORIAS DO REALISMO CLÁSSICO E NEORREALISMO

As escolas realistas clássica e neorrealista se mostram basilares no estudo das relações internacionais, em se tratando de aspectos de guerra e segurança internacional. Neste momento, importante destacar alguns elementos para a compreensão do que vem a ser o seu conceito teórico, ressaltando, porém, que este estudo não comporta, nem pretende realizar uma análise geral e aprofundada deste tema.





3.1 CONCEITOS PARA A DEFINIÇÃO DAS TEORIAS REALISTA CLÁSSICA E NEORREALISTA

No tocante ao realismo clássico, é necessário observar que seus autores influenciaram campos de estudos das mais diversas áreas de concentração. Nicolau Maquiavel em sua aclamada obra “O Príncipe”, utilizada como referência em estudos de guerra e segurança internacional, aborda a política e como deve ser o comportamento de um chefe de Estado (O Príncipe) e sua condução perante seus súditos, tendo como temas recorrentes a conquista e a manutenção do poder. Considera a existência de um ambiente internacional naturalmente desordenado⁹. Conforme apontam Nogueira e Messari (2005, p. 22), o ponto crucial deixado pelo pensador foi que o poder se torna essencial para a sobrevivência do Estado como ator internacional. Nesta perspectiva, a guerra ganha um papel fundamental na visão de Maquiavel, sendo um meio justo para alcançar os fins desejados e se observa uma visão pessimista sobre a natureza humana¹⁰.

Merece destaque no contexto do realismo o filósofo Thomas Hobbes, escritor do livro “O Leviatã”. Nessa obra, admite que no estado de natureza, o homem pode fazer o que bem entender, sendo um estado de guerra entre os homens, de modo que o soberano, através de um contrato social, evitará a destruição de todos. O estado natural das relações internacionais é o da guerra, visto não existir nenhum contrato social para impedir o conflito entre estes países (SARFATI, 2005, p. 71-72). Aqui também se observa a existência de um atributo negativo da natureza humana e o equilíbrio é alcançado através do poder atribuído ao soberano.

Neste estado natural considerado por ambos, se observa a presença da anarquia internacional, ou seja, a ausência de uma autoridade suprema para manter o controle dos Estados (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 22).

⁹ Nenhum Estado deseja ser dominado, portanto deve estar pronto para a guerra. Por meio da demonstração de força e coação se alcança a segurança internacional, inexistindo a cooperação entre os Estados. (SARFATI, 2015, p. 70-71).

¹⁰ “O objetivo é captar o que é o homem, sua ‘natureza humana’, no olhar de Maquiavel, ou seja, quais seus desejos, expectativas, mágoas, bem como sua vontade de poder”. (GUIMARÃES, 2015, p. 15).





Os filósofos comunicam aspectos comuns, como a visão negativa da natureza humana, a sobrevivência estatal, o poder e a força, bem como a atuação deste para alcançar seus interesses¹¹.

Já em relação ao realismo moderno, dois autores são proeminentes. Edward Carr (1939), contribuiu no raciocínio do mundo como ele é; da importância do Estado para a política internacional, e a variável do poder, ou seja, os Estados possuem o poder necessário para a condução das relações internacionais e poder de coerção e determinação de seus interesses nacionais; e ainda, a irrelevância das organizações internacionais (AYRES PINTO, 2016, p. 140). Deste modo, a teoria realista surge em contraposição ao idealismo e sua utopia de paz¹². Segundo Sarfati (2005, p. 88-89), Carr considera os Estados como entidades soberanas e unitárias, o que importa na relação entre os Estados é o poder e não o direito internacional, sendo relevante como se adaptar e sobreviver no sistema internacional, dividindo o poder em militar (a expressão mais alta do poder), poder econômico e poder sobre a opinião (a persuasão). Ao se ignorar a relação de poder entre os Estados, acaba-se por ignorar a motivação básica da existência do Estado no sistema internacional, a defesa de sua sobrevivência.

Outro teórico relevante, Hans Morgenthau (1948), argumentou que para se chegar a paz mundial seria necessário o uso do mecanismo de equilíbrio do poder¹³. Formulou seis princípios para caracterizar o realismo neoclássico (MORGENTHAU, 2003, apud LESSA et al., 2013, p. 47).¹⁴ É necessário compreender ainda, que a teoria busca analisar o contexto do período, ou seja a Guerra Fria¹⁵.

¹¹ “Os realistas consideram o Estado como um ator unitário e racional, que apresenta uma realidade interna, como soberano, e outra, na defesa do interesse nacional, de forma a preservar e garantir sua permanência como ator nas relações internacionais”. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 24-25).

¹² Para Carl, o Idealismo foi incapaz de prevenir o aumento da violência, o nacionalismo e agressão internacional que culminou com a Segunda Guerra Mundial (SARFATI, 2005, p. 87).

¹³ As formas seriam dividir e conquistar territórios inimigos, pagar compensações aos derrotados, estimular a corrida armamentista ou estabelecer uma política de alianças (SARFATI, 2005, p. 95).

¹⁴ “1. A política é governada por leis objetivas cujas raízes estão na natureza humana imutável. 2. O conceito de interesse é definido em termos de poder e orienta homens de Estado e as políticas externas dos Estados. 3. O interesse definido em termos de poder é uma categoria universal, mas depende do contexto político, cultural e histórico no qual está inserido. 4. O choque entre preceitos morais e ação política gera uma tensão para o decisor. 5. As aspirações morais de uma nação não devem se confundir com as leis que governam a política internacional. 6. A esfera política é autônoma em relação a outras esferas da sociedade e cerne das decisões sobre a política internacional”. MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**: a luta pelo poder a pela paz. Brasília: UnB, IPRI, 2003.

¹⁵ Ao buscar delinear a política externa norte americana no período pós-guerra, um dos elementos seria o desenvolvimento da tecnologia nuclear que seria capaz de trazer a destruição da humanidade. Com o





Na década de 1970, com assuntos de ordem econômica se tornando mais relevantes, Kenneth Waltz (1979), propõe uma adaptação da teoria realista, de uma forma mais sólida e científica para o estudo da guerra, a teoria neorrealista (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 42-43). Uma grande diferença que pode se verificar com Morgenthau, é segundo Jackson e Sorensen (2007, p. 123-124), que Waltz não descreve a natureza humana. O que se espera é que os Estados se comportem de forma previsível, e enfoca a estrutura do sistema, como a distribuição do poder relativo, de modo que os atores agem conforme determinadas maneiras, sendo, portanto, irrelevantes.

A distinção entre sistemas multipolares e bipolares foi analisado por Waltz. Diante disto, no cenário multipolar existe a possibilidade de aliança entre os Estados, diferente do bipolar, onde existe uma preocupação apenas com o outro e suas capacidades (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 44). Neste sentido, Otoni faz referência a Aron (1979).¹⁶

Importante destacar que Waltz¹⁷ (1979, apud JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 125), afirma que as grandes potências administram o sistema internacional, e a ordem internacional pode ser alcançada através do sistema da bipolaridade, porém percebe a ordem como fato consumado e que se tornará real, enquanto Morgenthau a considera uma norma importante para julgar a política externa das grandes potências.

De fato, por meio de seus teóricos, ainda que em períodos e contextos históricos divergentes, o realismo explica e busca compreender as relações de poder, a guerra e o uso da força como meio para a manutenção ou sua expansão, atendendo ao melhor interesse estatal, garantindo sua sobrevivência como ator internacional.

3.2 A TEORIA NEORREALISTA COMO FUNDAMENTO PARA A HEGEMONIA NORTE AMERICANA

bipolarismo entre Estados Unidos e a ex-URSS o poder destrutivo da tecnologia bélica nuclear deveria ser levado em conta pelos líderes mundiais (SARFATI, 2005, p. 91).

¹⁶ “A multipolaridade do sistema internacional atual requer o estabelecimento do equilíbrio de poder entre as várias potências existentes. Nessa configuração, as alianças e as inimizadas são temporárias e o inimigo de hoje pode ser o aliado de amanhã”. (OTONI, Otoniel. **Tratado de não proliferação de armas nucleares – TNP**. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6273/1/2013_OtonielOtoni.pdf>. Acesso em 25 out. 2017).

¹⁷ Waltz, K. N. **Theory of International Politics**. Nova York: Columbia University Press.





É indiscutível que com transformações na sociedade, a economia política internacional ganhou força e incluiu outros aspectos relevantes para os estudos em relações internacionais, os quais acabaram sendo adotados por autores neorealistas contemporâneos, como Joseph Nye Jr e Robert Keohane (1977). Segundo Vigevani, C. Veiga e P. Mariano (1994, p.9), estes realistas acreditam na força do mercado para a maximização da eficiência, porém consideram a distribuição do poder, como decisivo nas relações internacionais:

Todos são liberais no sentido normativo da valorização da liberdade e do controle sobre o Estado. Acreditam que o livre-mercado gera riqueza e que uma economia internacional liberal assegura o crescimento sustentado e o bem estar global. Contudo, os realistas visualizam a distribuição do poder, e não o livre-mercado, como o aspecto decisivo das relações internacionais. Por mais importante que seja o nível das trocas mundiais, o livre-mercado é o resultado de arranjos políticos entre Estados que estimulam preferências a partir de interesses particularistas. Portanto, o livre-mercado não emerge espontaneamente.

Outros atores internacionais acabaram por influenciar o meio internacional e com o fenômeno da globalização, os Estados vieram a interagir uns com os outros e cooperar entre si, gerando blocos políticos econômicos, algo que anteriormente seria inconcebível, mas atesta a dinamicidade temporal, em se tratando de teoria realista.

O termo hegemonia possui significados diferentes conforme o contexto utilizado, porém todos remetem ao controle, e no campo das relações internacionais, foi empregado pelo norte americano Robert Gilpin (1981, p. 197-198 apud Garcia, 2010)¹⁸, no sentido de demonstração de força do Estado.

Deste modo, a guerra assume a função legítima de garantir a conquista do poder e a manutenção do Estado superior, trazendo transformações na história mundial, conforme ressalta Garcia ao citar Gilpin (1981, apud Garcia, 2010)¹⁹:

¹⁸ Para Gilpin, existe uma equivalência entre poder, hegemonia, império e Estado dominante como sinônimos. A história demonstra que a guerra tem sido inevitável para solucionar tensões geradas pelo desequilíbrio na distribuição de poder no sistema internacional. Hegemonia é consequência inevitável da vitória de pelo menos um Estado ou grupo (GARCIA, 2010).

¹⁹ GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 200/203.





Segundo o autor, uma guerra hegemônica caracteriza-se por: contestação direta entre poder dominante e Estados revisionistas; mudanças na natureza e na governança do sistema; e meios de violência quase ilimitados. (...). As grandes transformações na história mundial foram derivadas de guerras hegemônicas entre rivais políticos, cujo resultado é o reordenamento do sistema a partir de ideias e valores do Estado vencedor.

O teórico incluiu a estrutura hegemônica junto as estruturas internacionais, conforme explicam Nogueira, Messari (2005, p. 46), ao dizer que se para Waltz a hierarquia internacional é imutável, e apenas a distribuição entre as unidades pode ser alterada, de um sistema multipolar para um bipolar, Gilpin apresenta uma posição divergente, ao afirmar que:

(...) a estabilidade do sistema depende da existência de uma ou mais potências hegemônicas. (...) a estabilidade do sistema depende da atuação da potência hegemônica (ou das potências hegemônicas) na medida em que ela (s) arca (m) com os custos do funcionamento desse sistema. Quando surge uma potência desafiante ao *status quo*, entra o cálculo dos custos e dos benefícios: enquanto o custo de desafiar a potência hegemônica for superior aos benefícios que poderão decorrer disso, a potência emergente não desafiará a potência hegemônica.

Neste contexto, Eugênio Pereira (2011, p. 242), afirma que a teoria da estabilidade hegemônica vincula os elementos de hegemonia e de uma ordem econômica liberal, de modo que o sistema funcione apenas atrelado um ao outro, e o compartilhamento de interesses comuns em relação à ampliação das relações de mercado. Afirma que o Estado ao exercer sua liderança precisa fazer sua apresentação de uma maneira que traga benefícios e seja favorável aos outros Estados, caso contrário o sistema fica debilitado. A formação de alianças e benefícios garante a sustentabilidade da hegemonia, de modo que se os benefícios estão sendo satisfatórios, a estabilidade da hegemonia não sofrerá alteração²⁰.

²⁰ Se um Estado se torna mais poderoso que os demais, haverá um movimento por parte dos Estados inferiorizados, de forma a buscar o reequilíbrio. Tal situação pode ser identificada no desenvolvimento dos recursos bélicos nucleares no pós-guerra, quando a URSS iniciou o processo de equiparação de poder com o potencial destrutivo da bomba atômica dos EUA (OTONI, 2013, p.32).





Os elementos que transformaram os Estados Unidos da América em potência hegemônica, possuem relação com o período do pós-guerra e sua consolidação após o fim da Guerra fria, conforme Cruz, Souza, Reis (2012), pois não se envolveram diretamente nos conflitos e tiveram a oportunidade de se desenvolver sem grandes perdas ou danos territoriais, alcançando lucro com a venda de armamento para os aliados, dominando a economia mundial.

Menozzo cita Tavares (2004)²¹, para afirmar que Estados Unidos e Inglaterra tiveram uma possibilidade única de manter o centro político capitalista mundial e expandir o seu capital sem limites territoriais a todos os continentes, de modo que não apenas derrotaram seus adversários, mas também aliaram poder político militar e do capital financeiro, sustentando uma “hegemonia global antes inexistente”.

A construção da bomba atômica e seu lançamento nas províncias japonesas, não foi uma extrema necessidade militar, serviu apenas como forma de intimidação aos soviéticos, demonstrando todo o poder norte americano, conforme relata Mourão (2005, p. 699):

Além de ter constituído uma experiência de uma arma de destruição em massa com seres vivos, a solução final de usar a bomba atômica contra Hiroshima e Nagasaki serviu de demonstração mundial do poder econômico, tecnológico e político norte americano. Depois da explosão experimental da primeira bomba atômica, em 16 de julho de 1945, no Novo México, Truman decidiu excluir a União Soviética de toda presença significativa na ocupação e controle do Japão. Com efeito, a chegada dos russos a Berlim, antes dos americanos, constituiu uma preocupação de que o mesmo poderia ocorrer em relação à ocupação do Japão.

Sem adentrar na discussão sobre a hegemonia norte americana ser irrestrita nos dias atuais, é possível afirmar que a presença da força hegemônica da potência norte americana continua existindo, ainda que tenha sofrido alguns abalos no campo econômico e outros. Para explicar o domínio norte americano, é bastante utilizado o argumento do poder do capital financeiro, aliado ao poder político militar, conforme a supracitada Tavares (2004 *apud* MENOZZO, 2008, p.19), de modo que a força da moeda

²¹ TAVARES, Maria da Conceição. O Poder Americano depois de 1970. Folha de São Paulo, 20 de junho de 2004.





norte americana submete os demais países ao seu poder, ajustando suas políticas econômicas, como uma necessidade global do sistema.

Segundo Gomes dos Santos (2005, p. 105), um dos elementos que determinam a hegemonia norte americana é o seu poder bélico, pois afirma que “Na visão de Samir Amin (2004)²², os EUA podem ser classificados como o único hegemom, (...), uma vez que nenhuma outra nação faz frente aos americanos, ao menos, no quesito militarismo”.

A expansão militar pode ser usada para garantir o domínio hegemônico, conforme observa Wallerstein (2000 *apud* ITURRIET AVILA, 2009)²³:

Há, ainda, a pujança militar. Wallerstein (2000) expõe que antes de serem efetivamente hegemônias, há relutância em desenvolver as forças militares. Entretanto, à medida que se observa a possibilidade de ocorrer enfraquecimento de forças impositivas no campo político e ideológico, torna-se indeclinável obter poder militar para enfrentar algum eventual rival. Situação esta que também objetiva intimidar os demais Estados e resulta na estabilidade de sua influência hegemônica.

A força do arsenal americano é evidente, mas além disto, ainda nos dias atuais o país se destaca e mantém sua força nos campos econômico, ainda que com ressalvas; político e ideológico, de modo que o país ainda demonstra atualmente seu grande poder no plano internacional (LAMAZIÈRE, 2012). Inicialmente os norte-americanos detinham o monopólio nuclear, porém com o avanço da Guerra Fria, Buzan e Hansen (2012, p. 127-128), destacam que as superpotências haviam acumulado, no final da década de 1970, uma grande quantidade de armamento nuclear, estando pareadas, posteriormente evoluindo para controle de armamentos.

O conceito de balança de poder da teoria realista é variável, uma vez esta que pode estar equilibrada ou não, sendo crucial para definir a forma de relacionamento entre os estados, e segundo Lacerda (2006, p. 61), todas as potências tem a mesma quantidade de poder entre si, garantindo o equilíbrio da balança, e nenhuma potência é

²² AMIN, Samir. **Política do Imperialismo Contemporâneo**. In: Atilio Borón (Org.), Nova Hegemonia Mundial. Buenos Aires, p. 73: 110, 2004.

²³ WALLERSTEIN, Immanuel. **Impasses e transformações para o século XXI**. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando; SILVA, Juremir Machado da (Org). **Fronteiras do Pensamento – Retratos de um mundo complexo**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. p.385-397.





dominante, todavia, mas pode existir uma potência que se sobressaia entre as demais. É o mesmo entendimento de Nogueira e Messari (2005, p. 29), pois afirmam que o Estado faz uma análise quanto a se juntar ao poder, ou contra o poder, conforme seja melhor para o seu interesse nacional. Ou se juntam com uma grande potência, ou se juntam com Estados menores, ao perceber ameaça aos seus interesses, a fim de tentar equilibrar o poder daquela potência. Portanto, a tomada de decisão política será baseada no interesse nacional.

A configuração da balança do poder que se observa atualmente é a superpotência norte americana, aliada as demais potências, atuando em favor de seus interesses em comum, vinculando fator econômico e político, conforme destacado por Vigevani, Veiga e Mariano (1994, p. 25-26):

O neo-realismo e a teoria da estabilidade hegemônica são teorias que combinam, de maneira singular, os fatores econômico e político, aceitando os postulados da economia liberal de que o livre comércio é a melhor organização que a economia internacional pode ter, em um quadro internacional marcado por países com diferentes níveis de poder. Ou seja, são combinações do realismo tradicional com o globalismo.

Portanto, é possível afirmar que a teoria neorrealista consegue trazer as razões que culminaram com a hegemonia norte americana, aliando fatores de economia e política, como o poder militar e necessidade de atuar em favor do interesse nacional dos Estados.

3.3 O TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES E A MANUTENÇÃO HEGEMÔNICA DAS SUPERPOTÊNCIAS

O direito internacional público é o ramo jurídico pelo qual ocorre a regulamentação do conjunto de princípios e normas existentes entre todos os atores internacionais e suas relações exteriores, conforme Gutier (2011, p. 3).

Uma das formas de normatizar os acordos formulados pelas partes é através dos tratados internacionais, os quais podem ser conceituados como “todo acordo formal, firmado entre pessoas jurídicas de Direito Internacional Público, tendo por finalidade a





produção de efeitos jurídicos”, conforme Accioly (1995, p.120 apud Oliveira Soares, 2011)²⁴. Deste modo, é possível afirmar que o direito internacional por meio de seus tratados tem poder de manter o *status quo*, ao vincular os países signatários às normas ali contidas.

Diante de todas as consequências do lançamento da bomba atômica nas províncias japonesas, houve uma forte mobilização internacional a fim de que as armas nucleares não fossem disseminadas. Segundo Otoni (2013, p. 29-30), o primeiro comitê para discussão do desarmamento nuclear foi criado em 1960, contando com a presença de dez países, e o segundo, com dezoito, inclusive o Brasil. O tratado foi aprovado e assinado em 1968, ao se incluir um texto conjunto entre Estados Unidos e União Soviética, relacionado com segurança e desenvolvimento, e inicialmente teve a adesão de 62 nações (OTONI, 2013, p. 30).

Os objetivos de atuação do Tratado²⁵ constam no site da Agência Internacional de Energia Atômica:

O TNP tem como objetivo impedir a disseminação de armas nucleares e tecnologia de armas, promover os usos pacíficos da energia nuclear e promover o objetivo do desarmamento. O Tratado estabelece um sistema de salvaguardas sob a responsabilidade da AIEA, que também desempenha um papel central no âmbito do Tratado em áreas de transferência de tecnologia para fins pacíficos.

O tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) é composto por onze artigos, e o texto legal traz poder normativo para com os seus signatários, de modo que possui papel essencial, o poder a fim de garantir que o desarmamento seja efetivado. Neste sentido, os Estados nuclearmente armados não podem, entre outros, transferir armas nucleares ou tecnologia, passar o controle, assistir ou mesmo encorajar os países nuclearmente não armados a tal objetivo (BRASIL, 1998).

²⁴ ACCIOLY, Hidélbrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 11ed., rev. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 120.

²⁵ The NPT aims to prevent the spread of nuclear weapons and weapons technology, to foster the peaceful uses of nuclear energy, and to further the goal of disarmament. The Treaty establishes a safeguards system under the responsibility of the IAEA, which also plays a central role under the Treaty in areas of technology transfer for peaceful purposes. Fonte: IAEA. **Treaty on the Non Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)**. Disponível em <<https://www.iaea.org/publications/documents/treaties/npt>>. Acesso em 20 out. 2017.





A adesão ao tratado ocorreu de forma gradativa, conforme observa Otoni (2013, p. 31), saltando de apenas 91 signatários em 1975, para um total de 189 países em 2010.

A função de fiscalização do cumprimento das normas, ou seja, garantir a manutenção do *status quo* firmado pelo tratado, pertence a Agência Internacional de Energia atômica (AIEA). Foi criada pela primeira resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para lidar com os problemas que surgiram pela descoberta da energia atômica (ONUBR).

Desta forma, existe uma série de procedimentos, onde um relatório é encaminhado para a ONU, anualmente e quando preciso, para o Conselho de Segurança, bem como seus pilares de atuação (AIEA, 2013, p. 2 apud ROMANO *et al*, 2014)²⁶:

A relação da AIEA com a ONU é regulamentada por um acordo especial e, de acordo com os termos do próprio estatuto, a agência apresenta um relatório anual para a Assembleia Geral das Nações Unidas – e, quando necessário, para o Conselho de Segurança -, que diz respeito ao não cumprimento das obrigações de salvaguardas, por parte dos Estados, e, também, às questões relacionadas à paz e à segurança internacionais. (...). Três são os pilares principais da atuação da AIEA: segurança, ciência e tecnologia e salvaguardas e verificações.

As salvaguardas são uma série de medidas adotadas, como inspeções, para garantir o efetivo cumprimento do TNP, porém nem todos os países passam pelas inspeções da Agência, ficam excluídos das inspeções a Europa e os países nucleares, EUA, URSS, França e Inglaterra (OTONI, 2013, p.29):

As regras para os inspetores ficaram impactadas por muitas restrições em função da resistência dos Estados em permitir a entrada de agentes estrangeiros em seus territórios. Além disso, criou-se uma diferenciação entre os atores, ao ficarem excluídos das inspeções da AIEA a Europa e os países nucleares (EUA, URSS, França e Inglaterra). O sistema de salvaguardas passou por ajustes e aperfeiçoamentos, com a ampliação da sua abrangência e dos itens de verificação, tendo se tornado instrumento fundamental na atuação da AIEA como verificadora dos compromissos do TNP.

²⁶ Agência internacional de energia atômica (AIEA). **AIEA**, General Conference. Nova Zelândia, set. 2013. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/AIEA-Guia-Online.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2017.





Se por um lado é realizado todo este trabalho em prol da segurança mundial e manutenção da paz, restringindo o acesso a armamento nuclear e uso da tecnologia militar para fins terapêuticos e sem cunho armamentista, surge o questionamento se não seria esta uma forma de manutenção do poder hegemônico nuclear entre as potências detentoras desta tecnologia os “Estados Nucleares”. Conforme Reis (2015), ao afirmar que na verdade, o tratado legitima um seleto clube militar, pois Estados Unidos, União Soviética, França, Grã-Bretanha e China possuem resguardado o seu direito ao desenvolvimento de tecnologia e armas nucleares sem o controle de nenhuma instância, aos demais existe restrição mesmo para o uso pacífico da tecnologia nuclear, de forma a congelar a distribuição de poder no mundo.

Um dos tópicos sobre Controle de Armamentos nucleares era sobre a prevenção de disseminação de armas nucleares para países não detentores desta tecnologia, conforme Buzan e Hansen (2012, p. 185). Além da disseminação, as já existentes deveriam ser eliminadas, de modo que existia a preocupação com acidentes, mas também com o desejo de manter o status das potências nucleares, sem falar na incerteza de saber a autoria caso um terceiro realizasse um ataque deste tipo, levando a uma resposta da superpotência atacada. Neste sentido, o regime de não proliferação viria a se tornar o maior exemplo de cooperação entre as superpotências durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e Unidos, afirmam ainda Buzan e Hansen (2012, p. 135-136):

Uma das poucas coisas com as quais os Estados Unidos e a União Soviética concordavam era que não queriam novas potências nucleares. (...). Qualquer proliferação horizontal questionava a posição das superpotências, complicando suas opções para intervenções militares, além de trazer à tona o risco de guerra nuclear (...). Estados Unidos e União Soviética encabeçaram a promoção de um regime de não proliferação nuclear que buscava promover a disseminação de tecnologia nuclear civil enquanto barravam a aquisição de capacidades militares por outros Estados.

Assim, os conceitos da teoria realista podem ser observados para a compreensão deste domínio hegemônico, analisando a busca pelo equilíbrio do poder.





As Organizações internacionais assumem uma função de universalização de normas da hegemonia mundial, legitimando as normas produto da hegemonia de um Estado dominante, conforme Cox (1993, p. 62 apud Garcia 2010)²⁷:

Um importante mecanismo de universalização de normas da hegemonia mundial são as organizações internacionais. Por meio delas, são incorporadas as regras que facilitam a expansão de ordens mundiais hegemônicas, legitimando ideologicamente as normas desta ordem. Ao mesmo tempo, elas mesmas são produto da hegemonia de um Estado dominante, e são capazes de facilitar a cooptação de elites dos países periféricos, além de absorver ideias contra-hegemônicas.

Por esta leitura, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (e conseqüentemente o próprio direito internacional), legitima ideologicamente a manutenção do poder hegemônico nuclear das potências nucleares.

A balança do poder encontra-se em constante oscilação, nem todo momento existe o equilíbrio ideal, e aplicando este conceito a forma como os Estados Unidos buscam a retomada do equilíbrio fica visível²⁸.

Portanto, a teoria realista e neorrealista explicam de forma adequada a constante busca norte americana pelo poder e a tentativa de manter seu equilíbrio hegemônico e nuclear no atual cenário das relações internacionais. Não medem esforços para atingir seus objetivos, utilizando todos os meios necessários para tal, a fim de garantir a sua sobrevivência e a proteção dos interesses nacionais, fazendo uso não apenas do poder econômico, mas também militar, caso necessário. Além da formação de alianças com outros países, as organizações internacionais auxiliam na expansão ideológica, de modo que a tecnologia militar nuclear não seja compartilhada.

3.4 ESTUDO DE CASO: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E COREIA DO NORTE

²⁷ COX, Robert. **Production, power and world order**. Social forces in the marking of history. New York: Columbia University Press, 1987.

²⁸ Os Estados Unidos, como protagonista dos conflitos decorrentes do desequilíbrio de poder e do movimento natural rumo ao reequilíbrio, retratam nas suas relações com outros países a relatividade e a transitoriedade das alianças, tendo transitado da condição de aliado para inimigo com frequência (OTONI, 2013, p.33).





A Coréia do Norte recentemente afrontou a aparente hegemonia norte americana, ao afirmar que criou uma arma nuclear com grande poder destrutivo, e testes nucleares foram realizados, aumentando a tensão e inimizade entre os dois países, no cenário mundial.

A Guerra da Coreia ocorreu entre os anos de 1950 até 1953 e foi um evento decorrente da Guerra Fria. Tendo norte-americanos ao sul e soviéticos ao norte, foi firmado um acordo em 1945, conhecido como “Paralelo 38”, cruzando o país e o dividindo em zona norte e sul. Um plano para reunificação pacífica nunca foi adiante, devido a divergências entre as duas regiões (SENHORAS; OLIVEIRA FERREIRA, 2013, p. 134). A divisão territorial permanece até os dias atuais, e em 1948, a Coréia do Norte declarou sua independência, imperando o modelo do socialismo ao norte e o capitalismo ao sul, retrato típico da bipolarização.

O território era estratégico, e Dos Santos e Dos Passos (2014, p. 25-26) fazem referência a Goldstein e Malhafer (2000)²⁹, para afirmar que a União Soviética e Estados Unidos trabalharam em conjunto contra um inimigo em comum. Fica evidente aqui o excesso de realismo, pois na linha de pensamento de Carr (2001, *apud* Dos Santos e Dos Passos, p. 27)³⁰:

(...) as condições para uma política ineficiente se dão também na medida em que a autodeterminação e consenso se tornam uma moderação para a perspectiva congruente de poder, ponto não observado na excessiva ingerência das superpotências na península coreana. Ou seja, o excesso de realismo. Nenhuma política eficiente se sustenta em uma feição puramente relacionável ao poder ou à moral ou ética e direito internacional.

²⁹ GOLDSTEIN, Donald M.; MAIHAFER, Harry J. **The Korean War: the story and photographs**. Dulles: Brassey's, 2000.

³⁰ CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise: 1919-1939: Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais**. Brasília: UnB/IPRI, 2001.





Neste sentido, Altemani de Oliveira (2005), cita Kim, (2004)³¹, para afirmar que a divisão foi tomada devido ao receio norte americano de que os soviéticos ocupassem toda a península:

Já a decisão da divisão da península coreana no Paralelo 38 foi tomada em decorrência do receio norte-americano de que a União Soviética, após a declaração de guerra contra o Japão, seis dias antes da rendição, pudesse avançar e ocupar toda a península. “Mais do que qualquer outro relacionamento bilateral no mundo, o relacionamento Coréia – Estados Unidos deve ser considerado como um produto da Guerra Fria. Não somente seu caráter foi formatado pelos imperativos da Guerra Fria, sua própria existência decorre das exigências de luta entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Foi assinado um armistício em 1953, interrompendo as batalhas e fixando as fronteiras coreanas, porém o conflito continua persistindo até o presente, sendo observado um endurecimento norte-coreano após sua saída do TNP em 2003 e o primeiro teste de lançamento balístico em 2006, além de após novas sanções da ONU contra as políticas do regime, o líder Kin Jong-Un declarou a nulidade do armistício, observam Senhoras e Oliveira Ferreira (2013, p. 137-138).

Após a eleição do Presidente norte americano Donald Trump, em 2016, a situação entre os dois países não se amenizou, pelo contrário, declarações de ambos os lados demonstram a impossibilidade de se chegar a um diálogo. A ameaça de uso da bomba nuclear principalmente pela Coreia do Norte, se tornou um fato amplamente exposto na mídia internacional, de modo que são várias as notícias a este respeito.

A Coréia do Norte afirmou ter realizado um teste bem-sucedido com uma miniatura de bomba de hidrogênio, com poder de destruição até cinquenta vezes maior que a bomba atômica (G1, 2016)³². O Conselho de Segurança aprovou um pacote de sanções contra a Coréia do Norte (G1, 2016)³³.

³¹ KIM, Kyung-Won. **Korea and The U.S. in the Post-Cold War World**. Korea and Word Affairs, XVIII (2): 213, Summer 1994.

³² Notícia de 06 de janeiro de 2016. A bomba de hidrogênio ou termonuclear utiliza a fusão de átomos de hidrogênio, ao contrário da bomba atômica, que utiliza a fissão nuclear, portanto a bomba de hidrogênio é muito mais potente que a de Hiroshima.

³³ Notícia de 02 de março de 2016. Dentre as sanções, estão a limitação de comércio com o país, sanções financeiras contra bancos e indivíduos, além de proibição de venda de combustível para aviões e foguetes.





O jornal El País (2017)³⁴, noticiou que a Coreia do Norte ameaçou lançar um ataque nuclear preventivo contra os Estados Unidos no caso de escolha da via militar para terminar com seu programa nuclear. Em outras palavras, no caso de um ataque nuclear preventivo pelos Estados Unidos, plenamente possível, uma resposta da Coreia do Norte é na mesma medida, um ataque preventivo nuclear, o que gera grande insegurança e desconforto internacional.

Após uma troca de insultos, a Coreia do Norte afirmou a possibilidade de realizar um teste nuclear no Oceano Pacífico³⁵, uma resposta do líder norte coreano ao discurso de Trump na ONU, quando disse que poderia destruir totalmente a Coreia do Norte, e a China pediu moderação entre as duas nações (G1, 2017)³⁶. A Rússia insiste que a situação deve ser resolvida com conversas e diplomacia (G1, 2017)³⁷.

Em 20 de novembro de 2017, o presidente Donald Trump decidiu incluir a Coreia do Norte na lista de países patrocinadores do terrorismo, como parte de sua "campanha de pressão máxima" para isolar o regime da Coreia do Norte em razão de sua atividade nuclear (Terra, 2017).

Em recente Assembleia Geral das Nações Unidas, com a participação de mais de cem países, entrou em pauta a discussão sobre a controversa questão de elaboração de um tratado para a proibição de armas nucleares. Cerca de quarenta países (entre eles Estados Unidos, Reino Unido e França – potências nucleares) os quais são contrários, afirmam que não se leva em conta o atual panorama mundial. A embaixadora americana Nikki Haley, acredita que esta medida não protege seus cidadãos. Segundo dados observados, por outro lado, apesar do TNP, não foi realizado progresso em relação ao desarmamento nuclear, afirmou Beatrice Fihn, na mesma reunião, diretora da coalizão internacional de ONGs Ican (G1, 2017).

Neste contexto, os elementos do realismo e da manutenção da hegemonia ora apresentados se mostram evidentes. Ao demonstrar sua força, os atores internacionais soberanos buscam a manutenção de sua sobrevivência e afirmação para assim alcançar

³⁴ Notícia de 26 de julho de 2017.

³⁵ A ameaça remete para a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, com o posicionamento de mísseis nucleares soviéticos em Cuba. Foi o mais próximo que se chegou de uma guerra nuclear, que ainda não havia acontecido, ou ocorreria a partir dali (Buzan; Hansen, 2012, p,141).

³⁶ Notícia de 22 de setembro de 2017.

³⁷ Notícia de 04 de setembro de 2017.





a segurança. O uso do equilíbrio do poder é necessário para tanto, e pode ser observado por meio das alianças norte americanas. Em um cenário multipolarizado, tal situação é extremamente importante e reforça a atuação norte americana na busca da estabilidade do sistema e da manutenção hegemônica, conceito de Gilpin, já exposto. Desta forma, a união visa garantir ainda que não exista uma ameaça aos interesses norte-americanos e dos seus aliados, preceituando a mudança no equilíbrio da balança do poder.

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, acredita que os EUA não irão atacar a Coreia no Norte por não terem dúvidas que Pyongyang possui realmente armas nucleares, e caso isso não seja observado, a consequência será o sofrimento (SPUTINIK, 2017). Esta afirmação aponta para o dilema da segurança³⁸, onde um país investe cada vez mais em armamento para sua proteção, porém com a insegurança, o outro país também investe em armamento. Se trata além disso, da demonstração de poder e hegemonia entre as duas nações, onde cada uma afirma possuir superioridade nuclear para intimidar o outro e além disso, a Coreia do Norte busca impor suas medidas por meio da chantagem internacional. É possível afirmar que ainda que os Estados busquem aumentar seu poder para alcançar ou manter a hegemonia. Em artigo na revista *Época*, Seaman (2017), afirma que Kim Jun Um acredita que a única maneira de garantir a sobrevivência de seu regime dinástico é possuir armas potentes o bastante para deter um ataque liderado pelos Estados Unidos. Considera o cenário mais provável como a mudança de estratégia para a dissuasão, impedindo o uso de míssil intercontinental. O risco de uma guerra nuclear seria improvável, portanto existe a tendência de não haver um ataque, mas sim alianças e se tratar efetivamente de uma disputa pelo poder e hegemonia no cenário internacional.

4. CONCLUSÃO

³⁸ “Esquemáticamente, o Dilema de Segurança funciona da seguinte maneira. Um Estado A, procura garantir sua segurança e para isso adquire armas. Os demais Estados, que não têm como sondar as intenções do Estado A, sentem-se ameaçados e, por sua vez, também procuram adquirir armamentos para garantir sua segurança. Percebendo o armamento dos demais Estados, o Estado A confirma sua política original como correta e procura se armar ainda mais, de maneira a garantir sua segurança. Com isso, todos os Estados estão engajados em uma corrida armamentista que não tem saída nem vitorioso. O resultado disso é que, apesar de todos procurarem garantir sua própria segurança, tanto o Estado A quanto os demais estão menos seguros depois da aquisição de armas do que antes” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 33).





Ainda que sua origem remonte ao período da antiguidade clássica, o estudo do poder foi analisado por filósofos políticos como Maquiavel e Hobbes, os quais contribuíram, além de Tucídides, com elementos complementares para ampliar a compreensão da base da teoria realista. Com variações nas suas linhas de interpretação e sistemática, os teóricos neorrealistas adotam elementos dos autores realistas, porém realizando uma contextualização mais contemporânea da busca pelo poder.

Os temas relacionados à segurança internacional ganharam mais ênfase após as Guerras Mundiais e na Guerra Fria, de modo que a teoria neorrealista surge como forma de reação intelectual ao idealismo utópico (SARFATI, 2005, p. 87), sendo cada vez mais relevante para a compreensão do cenário internacional atual e o modo como os atores buscam sua manutenção e equilíbrio do poder, com o objetivo de resguardar sua sobrevivência em um estado anárquico, permeado pela insegurança global. Neste aspecto, as teorias realista e neorrealista demonstram sua atualidade e força para a compreensão destes elementos e continuidade da busca do poder pelos norte-americanos, visto que o poder econômico e em especial o militar nuclear, através da bomba atômica, surgem como uma alternativa para a manutenção do poder hegemônico de uma superpotência, como os Estados Unidos.

A criação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares visa a promoção do desarmamento e uso pacífico da tecnologia nuclear, todavia ao se realizar uma observação mais crítica, é possível concluir que acaba sendo também uma ferramenta para manutenção do status ideológico e poder nuclear militar concentrado não apenas na superpotência, mas das demais potências mundiais. Segundo Souza e Carmo (2008 *apud* SANTOS COSTA, ALMEIDA XAVIER E OLIVEIRA FERNANDES, 2012, p. 8), enquanto as potências nucleares continuam ditando regras no contexto internacional, os países não nucleares que aderem ao tratado acabam por abdicar do direito de defesa e de um eventual poder de dissuasão, além da inexistência de prazos para o desarmamento. Os atores se afastam da sua responsabilidade, se comprometendo apenas com sua diminuição a longo prazo, com justificativa na segurança nacional. É um argumento para o não compartilhamento desta tecnologia, especialmente após recentes ameaças norte-coreanas de uso de armamento nuclear com poder de destruição maior





que da bomba de Hiroshima. Os discursos de ataque demonstram a busca da desestabilização política e do equilíbrio pelo poder. Deste modo, as teorias realista e neorrealista explicam a hegemonia norte americana e sua busca pela hegemonia, ao afrontar a Coreia do Norte respondendo com a possibilidade de uso de armas nucleares na busca pela paz, ainda que o dilema da segurança demonstre a possibilidade de não ocorrência de uma guerra nuclear e diversos atores internacionais afirmem que a busca do conflito por outro meio pacífico seja a solução. De qualquer forma, as teorias realista e neorrealista e a consequente embate pelo poder sempre estará no foco de estudos no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique. **A Península Coreana: preposições para mudanças.** Disponível em <<http://www.pucsp.br/geap/coordenador/peninsulacoreana.PDF>>. Acesso em 20 dez. 2017.

ALVES REIS, Stephanie. **Tratado de não Proliferação Nuclear.** Disponível em <<https://stephanieareis.jusbrasil.com.br/artigos/290506328/tratado-de-nao-proliferacao-nuclear>>. Acesso em 20 dez. 2017.

ARISI, Geison Alfredo. **A guerra nas teorias das relações internacionais: ...** Disponível em <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Geison%20Arisi.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

ARRAES, Virgílio et al. **Introdução ao estudo das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.

AYRES PINTO, Danielle Jacon. **O realismo nas relações internacionais: uma revisão da literatura.** Revista de Estudos Internacionais. Disponível em <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/303>>. Acesso em 25 out. 2017.

Brasil. DECRETO 2.864. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm>. Acesso em 15 dez. 2017.





BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. A gênese da bomba. **Estud. av.**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 197-208. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000200197&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 out. 2017.

CICV. **Os hospitais da Cruz Vermelha ainda atendem sobreviventes da bomba atômica 70 anos depois**. Disponível em <<https://www.icrc.org/pt/document/os-hospitais-da-cruz-vermelha-ainda-atendem-sobreviventes-da-bomba-atmica-70-anos-depois>>. Acesso em 30 out. 2017.

Coreia do Norte diz ter feito teste com bomba de hidrogênio bem-sucedido. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/coreia-do-norte-diz-ter-feito-teste-de-bomba-de-hidrogenio-bem-sucedido.html>>. Acesso em 20 nov. 2017.

Coreia do Norte ameaça Estados Unidos com ataque nuclear preventivo. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/26/internacional/1501075907_079164.html>. Acesso em 20 nov. 2017.

Coreia do Norte ameaça testar bomba de hidrogênio no Oceano Pacífico. G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/coreia-do-norte-ameaca-testar-bomba-de-hidrogenio-no-oceano-pacifico.html>>. Acesso em 22 nov. 2017.

Conselho de Segurança aprova novas sanções contra Coreia do Norte. G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/conselho-de-seguranca-impoe-novas-sancoes-para-coreia-do-norte.html>>. Acesso em 20 nov. 2017.

COX, Robert. Production, power and world order. **Social forces in the marking of history**. New York: Columbia University Press, 1987.

Cruz, Bruna; Souza, Isabela; Reis, Larissa. **Hegemonia dos Estados Unidos e Ascensão da China**. Disponível em <<http://www.fca.pucminas.br/omundo/hegemonia-dos-estados-unidos-e-ascensao-da-china/>>. Acesso em 30 out. 2017.

DAGIOS, Magnus. **As insuficiências do neorrealismo nas relações internacionais**. Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS, VII Edição, 2011. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/semanadefilosofia/edicao7/Magnus_Dagios.pdf>. Acesso em 24 out. 2017.





De acordo com o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, os EUA não irão atacar a Coreia no Norte ... Sputnik Brasil. Disponível em <https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201709249425171-lavrov-eua-coreia-do-norte-ataque/>. Acesso em 22 nov. 2017.

DE CASTRO, Marcus Faro. **Cadernos do rel.** Disponível em <http://www.esamcuberlandia.com.br/ESAMC_arquivos/frameset_arquivos/home_arquivos/WestfSeattle.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

De Lacerda, Gustavo Biscaia. **Algumas teorias das relações internacionais:** Disponível em <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/87/61>>. Acesso em 28 nov. 2017.

Dos Santos, Mieny Cássia Nakamura. Dos Passos, Rodrigo Duarte Fernandes. **A Guerra da Coreia (1950-1953): ...** Revista de Iniciação Científica da FCC. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/6348/4207>>. Acesso em 20 dez. 2017.

Dos Santos Costa, Alax Barbosa; Almeida Xavier, Matheus da Silva; Oliveira Fernandes, Raísa. **Argumentos favoráveis e desfavoráveis à assinatura do tratado de não proliferação de armas nucleares: a questão do Brasil.** Disponível em <http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev1_artigo1.pdf>. Acesso em 22 nov. 2017.

DW. 1938: **Otto Hahn descobre a fissão nuclear do urânio.** Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/1938-otto-hahn-descobre-a-fiss%C3%A3o-nuclear-do-ur%C3%A2nio/a-359236>>. Acesso em 25 out. 2017.

Época. **Coreia do Norte e Estados Unidos seguem rumo a uma nova guerra fria.** Disponível em: <<http://epoca.globo.com/mundo/noticia/2017/09/coreia-do-norte-e-estados-unidos-seguem-rumo-uma-nova-guerra-fria.html>>. Acesso em 10 jan. 2018.

EUA lideram oposição na ONU a tratado para proibir armas nucleares. G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/eua-lideram-oposicao-na-onu-a-tratado-para-proibir-armas-nucleares.ghtml>>. Acesso em 22 nov. 2017.

EUA pedem na ONU 'as medidas mais duras possíveis' contra Coreia do Norte. G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/eua-pedem-na-onu-as-medidas-mais-duras-possiveis-contr-coreia-do-norte.ghtml>>. Acesso em 22 nov. 2017.





GARCIA, Ana Saggiro. **Hegemonia e imperialismo: ...**, Rio de Janeiro, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 nov. 2017.

GOMES DOS SANTOS, Deijenane. **A hegemonia americana no pós-Guerra Fria: Continuidade ou Declínio?**. Disponível em <revistas.ufpr.br/conjglobal/article/download/34614/21442>. Acesso em 20 nov. 2017.

GUIMARÃES, Carlos Nunes. **Realismo político e conflitos**. Disponível em: <<https://www2.ufrb.edu.br/griot/images/vol12-n2/2.pdf>>. Acesso em 25 out. 2017.

IAEA. **Treatyb on the nom proliferation of nuclear weapons (NPT)**. Disponível em <<https://www.iaea.org/publications/documents/treaties/npt>>. Acesso em 25 out. 2017.

ITURRIET AVILA, Róber. **Crise de hegemonia dos Estados Unidos no contexto atual**. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/10591/6238>>. Acesso em 20 nov. 2017.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução as relações internacionais: teorias e abordagens**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LAMAZIÈRE, Georges. **Desarmamento Nuclear e Hegemonia - em busca de um novo paradigma**. Disponível em <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/lamazieredesarmamentonuclear.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2017.

MENOZZO, Luís Henrique. **A Hegemonia dos Estados Unidos – Manutenção ou Declínio?**. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293355>>. Acesso em 10 nov. 2017.

MOURAO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Hiroshima e Nagasaki: razões para experimentar a nova arma**. Sci. stud., São Paulo, v. 3, n. 4, p. 683-710. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662005000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 out. 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA SOARES, Carina de. **Os tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro**: Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9431>. Acesso em 05 dez. 2017.





ONU. **A ONU e a energia atômica.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/energia-atomica/>>. Acesso em 30 out. 2017.

OTONI, Otoniel. **Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP.** Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6273/1/2013_OtonielOtoni.pdf>. Acesso em 25 out. 2017.

PEREIRA, Demetrius Cesario; ROCHA, Rafael Assumpção. Debates teóricos em relações internacionais: ... **Monções: revista de relações internacionais da UFGD.** Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3919/2133>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PEREIRA, Eugênio. **Três perspectivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200016>. Acesso em 10 jan. 2017.

RODRIGUES PIMENTEL, Cauê. **Notas analíticas sobre os conceitos dissuasão e corrida armamentista aplicados ao fenômeno da cibersegurança.** Disponível em <conferencias.fflch.usp.br/sdpssp/IVsem/paper/download/175/129>. Acesso em 26 out. 2017.

SARFATI, Gilberto. **Teorias das Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SENHORAS, Elói Martins; OLIVEIRA FERREIRA, Rita de Cássia de. **A Guerra da Coreia vista após sessenta anos de armistício (1953-2013).** Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/34618/21446>>. Aceso em 20 dez. 2017.

THOMAS, Gordon; WITTS, Max Morgan. **A bomba de Hiroxima.** Editora Círculo do Livro.

Trump declara Coreia do Norte "patrocinadora do terrorismo". Terra. Disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/trump-declara-coreia-do-norte-patrocinadora-do-terrorismo,fcf90ee7fae41e66247bea1b51c1dadffcd05p2q.html>>. Acesso em 22 nov. 2017.

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo C.; MARIANO, Karina Lilia P. **Realismo versus globalismo nas relações internacionais.** Lua Nova, São Paulo, n. 34, p. 05-26, Dec. 1994. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 out. 2017.



